

1.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 182.ª Sessão Ordinária
Realizada em 12 de Outubro de 1971 — (3.ª-Feira)

Presidência do Sr. Deputado Wilson Fortes, secretariada pelos Srs. Deputados Ivo Tomazoni e Quielise Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes Srs. Deputados:

Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielise Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federman, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Igo Losso, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão, Zenofonte Villanueva (43); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Arthur de Souza, Hélio Manfrinato, João Mansur e Odilon Reinhardt (4).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE :

REQUERIMENTOS:

— De autoria do Senhor Deputado Lázaro Dumont, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Lei nrs. 142-71, 205-71 e 203-71.

Requerimento

Senhor Presidente:

Havendo transcorrido dia 8 do corrente o 59.º aniversário do brioso e simpático Corpo dos Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná, o Deputado que o presente subscreve, requer, após ouvido o Plenário, um voto de regozijo, solicitando seja comunicado ao Senhor Comandante da Corporação Cel. Hamilton de Oliveira Castro.

Em todo o Estado onde se faz presente a Corporação dos Bombeiros, o povo o vê sempre com simpatia e satisfação, pela disciplina permanente, pelo trabalho diligente, pela ajuda que oferece em todos os setores e pela sua integração na vida das comunidades do Interior e da Capital.

São, portanto, 59 anos de tradição, incorporados à História do Paraná.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1971.

(a) Antônio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

Considerando:

1. Os relevantes serviços prestados pela imprensa ao desenvolvimento de nosso Estado, não só pela permanente divulgação dos principais acontecimentos como também pelas informações de utilidade pública;

2. O exaustivo trabalho exercido diariamente pelos jornalistas profissionais na contínua busca da melhor notícia;

3. O trabalho, a unificação e a defesa dos jornalistas, executados pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, cuja preocupação principal é a de proporcionar melhores condições e maiores oportunidades à classe;

4. Que a data de hoje assinala o 26.º aniversário de fundação da entidade, requiro à Mesa, regimentalmente, consignar-se na Ata dos trabalhos da sessão de hoje um voto de congratulações ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná, em regozijo à data, e, aprovado o presente, officie-se a entidade na pessoa de seu Presidente, sr Ayrton Baptista, cumprimentando-o e a todos os seus associados pelo transcurso do 26.º aniversário de fundação.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) Maurício Fruct.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, ouvido o Plenário, requer seja oficiado aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado e Secretário dos Negócios dos Transportes, e ainda, ao Ilustríssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de serem acatadas as reivindicações formuladas pela Comissão de Vereadores de Bandeirantes que subscrevem o apêlo cuja cópia encontra-se em anexo.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) Fuad Nacli.

Requerimento

Senhor Presidente:

Requiro à Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje voto de regozijo ao Corifeu F. C. pela passagem, na data de hoje, do seu 62.º aniversário de fundação. Outrossim, aprovado o presente, dá-se ciência da decisão da Casa ao Senhor Evangelino da Costa Neves, Presidente da Associação, cumprimentando-o e a todo o quadro associativo pela passagem da data.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) Maurício Fruct.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência a inserção na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações à PLANEPA LTDA., de nossa Capital, por ter sido a única firma de planejamento do Estado a ter vários projetos aprovados pela Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública, do Ministério de Saúde.

Os estudos de planejamento aprovados se referem aos Municípios de Jandaia do Sul, Abaí, Arco-vega, Capatoma, Sertãoópolis, Cidade Gaúcha, Flórida, Jaguariaíva, Palmas, Guarapuava, Iporã, Jaguapitã, Loanda; Santo Antônio do Olmo, Planalto, São João do Caiçá, Paranacity, Quatiguá, Japira, Pinhalão, Mariluz e Xanbrê.

Sala das Sessões, em 11 de outubro de 1971.

(a) Nivaldo Krüger.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, solicitando providências junto ao DER visando a urgente duplicação da pista BR-369, no trecho Londrina-Ibiporã, bem como sejam reparados o mencionado trajeto, que se encontra totalmente esburacado, ficando tomado por verdadeiro lamaçal nos dias chuvosos, com a ocorrência de acidentes fatais em consequência da precariedade de tráfego naquela importante rodovia, uma das mais movimentadas do País.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) Antônio Belinati.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado apelo ao Magnífico Reitor da Universidade de Londrina, no sentido de ser abolida a exigência da apresentação de Carteira de Identidade pelos candidatos aos exames vestibulares do próximo ano, aceitando-se em substituição o protocolo que comprove ter o candidato já requerido o documento junto ao órgão competente.

Esta solicitação prende-se ao fato da norma proposta já estar sendo adotada pela Universidade Federal do Paraná, motivada pela falta de condições do Instituto de Identificação do Estado em atender e fornecer as Identidades em tempo hábil para os próximos vestibulares.

O Magnífico Reitor da Universidade de Londrina, Dr. Ascêncio Garcia Lopes, permitindo que os estudantes que não tenham Carteira de Identidade correspondente estará aliviando um sério transtorno para a classe estudantil também se inscrevam nos Vestibulares, desde que apresentem o protocolo que assim terá condições, de "cafeça-fria" de melhor se preparar para o ingresso nas escolas de Ensino Superior que integram aquela conceituada Universidade.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) Antônio Belinati.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, seja designado um Membro desta Casa, para representar a Assembléia Legislativa, na inauguração da Agência do Banco do Brasil, no Município de Castro, em data de manhã.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) David Federmann.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja enviado ao Excelentíssimo Senhor General Emilio Garrastazu Médici, eminente Presidente da República, telegrama de congratulações pela vitoriosa visita ao nosso Estado do ilustre e prestigioso Presidente Nacional da Aliança Renovadora Nacional, político de escol, sereno e equilibrado comandante do Partido que se constitui no grande sustentáculo da admirável obra político-administrativa da Revolução de 31 de março de 1964.

A presença honrosa do ilustre parlamentar teve o condão de fortalecer ainda mais as responsabilidades arenistas e evidenciar o espírito de união que preside a ação de todos que se orgulham de participar, no campo cívico, da arrancada revolucionária que tem como meta maior a construção do Brasil Grande, ideal acalentado por nossa gente, em todas as fases da era republicana.

Solicita, outrossim, no citado despacho telegráfico seja ratificada a lealdade da Bancada da ARENA em torno dos nobres e alevantados propósitos que animam nosso máximo mandatário, fiador da maior confiança popular, soldado admirável e patriota de primeira linha.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) Wilson Brandão.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a V. Exa. a designação de Membros deste Poder, para representar esta Assembléia nas solenidades de inauguração da Agência do Banco do Brasil, nos Municípios de Uraí e Bandeirantes, no próximo dia 14.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) Borsári Neto.

Requerimento

Senhor Presidente:

É de todos sabido, nesta Casa, que a educação constitui uma das metas básicas, quer do Governo da União, quer do Governo do Estado, imbuídos do propósito sincero e patriótico de elevar o nível cultural de nossa gente.

Na área federal, assistimos, diariamente, a tomada de posição do Ministério da Educação e Cultura, para equacionar e resolver problemas que se lhe deparam, relativamente ao ensino em todo o País.

Em nosso Estado, não é menor a preocupação da Secretaria da Educação e Cultura, a qual tem, igualmente, voltada a sua atenção para os problemas do ensino no território paranaense, desenvolvendo atuação firme e objetiva, no sentido de dar-lhes solução.

Por isso é que o Deputado subscritor do presente, confiante na ação governamental, e traduzindo legítima reivindicação do ativo e laborioso povo de Paranaguá, requer seja, por intermédio da Mesa, dirigido veemente apelo aos Exmos. Srs. Governador do Estado e Secretário da Educação e Cultura, no sentido de ser construído, com a maior urgência possível, em Paranaguá, um prédio destinado ao funcionamento de um Ginásio, em terreno para tanto já doado pela respectiva Municipalidade, considerando-se as razões seguintes:

Em 1970, a Escola Normal "Caetano Munhoz da Rocha" possuía 2.800 alunos que cursavam o Ginásio. Este ano verificou-se um excedente de 1.100 alunos, que somente tiveram condições para matrícula, em virtude da Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Paranaguá haver cedido suas dependências, durante o dia, já que ela funciona à noite. Mas, a partir do próximo ano, isso não mais será possível, uma vez que a Faculdade, funcionando em tempo integral, ocupará todas as dependências do seu prédio.

Serão, em 1972, cerca de 2.500 alunos que necessitarão de estabelecimentos de Ensino Secundário, sem possibilidade de ingressarem no Ginásio, por absoluta falta de vagas.

Existindo, como realmente existe, terreno já doado para tal fim, pela Prefeitura ao Estado, nada mais justo que o Governo, bem compreendendo a situação, determine a imediata e necessária construção do reclamado estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) Nelson Buffara

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 16-71

A Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Resolve:

Art. 1.º — As dotações orçamentárias destinadas ao Poder Legislativo

nas sub-consignações abaixo discriminadas, ficam divididas em 47 (quarenta e sete) partes iguais e destinadas a cada um dos Gabinetes dos Senhores Deputados.

3.1.3.0.02 — Passagens, Transportes de pessoas e de suas bagagens.

3.1.3.0.03 — Assinaturas de Órgãos Oficiais, Jornais, Revistas, Publicações Periódicas e Recortes.

3.2.1.5. — Instituições Privadas.

3.2.1.5.1. — Instituições Educativas e Culturais.

3.2.1.5.2 — Instituições de Assistência Social.

3.2.1.5.3. — Instituições de Saúde Pública.

3.2.1.5.4 — Instituições Diversas.

3.2.1.6.1. — Assistência Social.

Art. 2.º — A prestação de contas das despesas será feita à Comissão de Tomada de Contas da Assembléia Legislativa.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1.º de janeiro de 1972, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12 de outubro de 1971.

(a) Fuad Nacif.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Wilson Brandão, primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. WILSON BRANDÃO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A nossa presença na Tribuna é somente para nos fixarmos no requerimento que propusemos à Mesa, sobre a vinda do Deputado Federal Batista Ramos, na semana passada, à nossa Capital, cujo Deputado é o Presidente Nacional da ARENA.

O requerimento não somente trata de enaltecer a pessoa deste representante da mais alta autoridade do País, como também elogiar a forma com que S. Exa. se conduziu e apreciou o problema partidário do Estado do Paraná.

Queria também deixar consignado, através de minhas palavras, o pronunciamento que o Deputado Batista Ramos proferiu no Diretório Regional da ARENA do Paraná, quando tratou de um tema respeitável, "a infidelidade partidária", na presença dos Srs. Deputados estaduais, federais, do Governador do Estado e do Senador Matos Leão, dos Prefeitos e Vereadores do nosso Interior. Foi uma epopéia na vida política do Estado. O grande pronunciamento de um homem amadurecido, principalmente no que se refere a nós, homens que representamos o povo. Com que galhardia, com que inteligência e bom senso. S. Exa. tratou da inviolabilidade do mandato do Vereador, do Deputado, quer estadual, quer federal e do Senador.

Vimos ali a presença incontestante de um homem que tinha a responsabilidade de levar a voz oficial do Governo Federal a todos os Estados da Federação; aquele homem que participou, ativamente, nos Conselhos e pareceres da nova Lei Orgânica dos Partidos, quando prevaleceu o seu ponto de vista.

Falo nesta Assembléia, frente às bancadas da ARENA e do MDB e por esta razão, tive a coragem de trazer esse requerimento à Casa, mesmo em se tratando do Partido da ARENA, nós nos corvenciamos e nos convencemos de que, pela maneira com que participou esse Líder nacional, com a responsabilidade que S. Exa. assumiu perante todos os membros do seu Partido, perante a sua atitude assim tomada, de despreendimento, numa tentativa de iniciar a conseqüente harmonia da família partidária da Aliança Renovadora Nacional, este homem hoje Presidente Nacional do Partido da Revolução, outrora militante e grande líder do ex-Partido Trabalhista, trouxe para nós Deputados esta condição de poder requerer esta homenagem ao seu nome e expô-la ao Presidente da República, não somente por ofício partidário, mas através da própria Casa Legislativa.

Uma pena que aquela reunião, nobres colegas, tenha sido partidária porque, caso contrário, ela serviria para todos como um grande estímulo, e todos poderiam ter ouvido a palavra de um homem que luta pelo engrandecimento do legislador, a palavra de um homem que tem independência para falar na Assembléa, nas praças públicas, dentro do coração do povo, para que possa ele se definir.

O teor do requerimento já foi lido pelo sr. 1.º Secretário. Peço aos colegas de Partido a sua aprovação e os respeitos do Partido de Oposição pela forma, como já expus, pela maneira brilhante com que se conduziu o grande parlamentar Batista Ramos. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger, primeiro orador inscrito para o Grande Expediente.

O SR. NIVALDO KRÜGER — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Minha presença nesta Tribuna, hoje, tem a finalidade especial de dirigir a esta Casa um convite para a grande comemoração que será realizada ineditamente no Paraná e, pela primeira vez, no Município de Guarapuava, na Colônia Entre Rios, pela Cooperativa Central Agrária. Esse órgão congrega quase todos os produtores tritícolas da região. Vinte anos decorreram desde a instalação da Cooperativa Agrária de Guarapuava até esta data. De 26 a 30 de outubro, por iniciativa da Cooperativa Central Agrária, e órgãos da Administração Municipal de Guarapuava, se realizara a 1.ª Festa do Trigo do Paraná. Serão seis dias de comemorações alusivas ao grande acontecimento. Os Suávios, pós a guerra, em 1945, imigrantes da Alemanha, do Baixo Danúbio, ao ficarem desalojados foram por uma comissão suíça, encaminhados ao Brasil e, posteriormente, localizados no Município de Guarapuava, onde estabeleceram, pela primeira vez em nosso Estado, a cultura racional e mecanizada do trigo, em grande escala; do arroz e de outros cereais ali cultivados, dando um exemplo magnífico ao Paraná.

Este acontecimento, Srs. Deputados, é de relevância nacional, e não fôra isso, não viria ao Paraná o Sr. Ministro da Agricultura, especialmente para presidir esta comemoração, o Ministro Cirne Lima e outras autoridades ligadas ao mundo agrícola-econômico do Brasil.

Quero, nesta oportunidade, convidar aos Srs. Deputados para, nos dias 26 de outubro a 1.º de novembro, participarem deste magnífico acontecimento, conhecerem os trigais guarapuavanos, conhecerem o que se está fazendo pelo Brasil naquele pedaço da nossa Pátria, por aqueles habitantes que já são brasileiros. Seus filhos nasceram em Guarapuava, seus filhos estão registrados como filhos da nossa Pátria e aqueles que aqui não nasceram integraram-se de tal forma à vida da nossa gente, que agem como brasileiros, que atuam como brasileiros e que estão cada vez mais ampliando as suas atividades, ampliando os seus conhecimentos especializados e dotando o nosso Estado daquela maravilha que é a cultura do trigo, da soja, nos campos do Oeste do Paraná e o que se obtém, Srs. Deputados, em matéria de produção agrícola, naquela região, é algo de excepcional; a cultura do trigo e a cultura da soja alcançaram tal nível de produtividade, que se equiparam ao mais alto nível de produtividade do mundo, das terras mais ricas do mundo. Zona de clima excepcional — a produção do trigo em Guarapuava, hoje, representa 80% da produção do trigo no Paraná; a cultura da soja em Guarapuava, oferece um dos mais altos índices do nosso Estado. Assim, Srs. Deputados, aquela zona altamente produtiva comemora este grandioso acontecimento, mas a par desse acontecimento que é magnífico, a par disso, que é grandioso, existem as gritantes deficiências.

Infelizmente, Srs. Deputados, o Governo do Paraná — e aqui não estou falando com o entrave amargo de oposicionista, estou falando com sentimento de brasilidade a-me aflorar do íntimo da alma — neste instante aquela região magnífica, que tanto contribui para a produção, que tanto contribui para o progresso, que tanto contribui para o engrandecimento do Brasil, não

tem sequer um grupo escolar construído pelo Estado, nos últimos 15 anos. Os grupos escolares para oferecerem instrução às crianças, naquela região, estão se deteriorando, estão caindo aos pedaços.

Aquela Cooperativa, com as suas estradas conservadas, viu-se na contingência de adquirir, com os recursos dos cooperativados, do próprio produtor, a motoniveladora para os seus serviços. Nem o Município, nem o Estado, nos últimos três anos, tem dado assistência necessária àquela zona, altamente triticultora.

Netes termos, encaminho requerimento ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que providencie, imediatamente, a construção das escolas necessárias naquela região, porque o que o Governo do Estado ali aplica em Educação, é quase nada. O ginásio ali existente é mantido, exclusivamente, ou quase que exclusivamente, pela Cooperativa Central Agrária, ou melhor dizendo, pelos próprios cooperativados. Isto no Paraná, é a negação da política educacional do Governo Federal. O Governo do Estado do Paraná, está eminentemente contra a orientação do Governo Federal.

Há um conflito profundo entre a orientação do Governo Federal e a orientação dada pelo Governo do Estado, na área educacional, principalmente, naquela região. Assim, Srs. Deputados, desculpem-me a nota negativa que inseri no momento em que dirigia convite a Vv. Exas., mas reafirmo, aqui, o nosso desejo de tê-los conosco em Guarapuava naquele dia,

Iro os Senhores experimentar a famosa bebida ali fabricada, de pêssego, iro os Senhores conhecer a tradicional hospitalidade do guarapuavano, misturada a um clima, a uma atmosfera de alegria e de festa, daqueles que encontraram no Brasil, especialmente em Guarapuava, um lugar onde se realizaram como criaturas humanas, aqueles homens e aquelas mulheres que traziam as marcas da guerra, que traziam no seu corpo as cicatrizes dos bombardeios e que traziam na alma, as feridas incuráveis dos gritos de dor, das suas aldeias destruídas pelos bombardeios, no período triste da guerra de 38 a 45. Aquelas criaturas que perambularam pela Europa, sem um lugar onde se fixarem, tiveram no Brasil, como tiveram todas as nacionalidades que para este torro se dirigiram, um lugar onde prosperar, onde criar as suas famílias, onde deitar raízes no solo, onde realizarem-se como criaturas humanas, como acontece com todos aqueles que vieram de outros recantos do mundo para a nossa Pátria.

Motivo de satisfação para nós hoje, é usarmos da Tribuna para lembrar este fato de vinte anos atrás, quando aquelas criaturas, trazendo no seu íntimo com certeza, todas as angústias de quem se muda da sua pátria, de quem atravessa o oceano, deixando paisagem querida, deixando as cruzes dos amigos e familiares, deixando as colinas da sua infância, deixando tudo, pra venturar uma vida nova.

Certamente, ao colocarem o pé no solo brasileiro, tiveram a palpitar-lhe o coração pelas dúvidas ao futuro. Mas, logo verificaram que o povo brasileiro era um povo amigo, que o povo brasileiro era um povo irmã, e que os acolheu de maneira muito especial. Assim Srs. Deputados, foi feliz este acontecimento da instalação da Cooperativa Central Agrária em Guarapuava, trazendo os suávios do Danúbio para comungarem conosco brasileiros, na obra de engrandecimento da nossa Pátria. Hoje, já não são mais eles, estrangeiros, são hoje eles, brasileiros como todos nós, plenamente participantes de todo o processo de desenvolvimento da nossa Pátria, plenamente integrados na vida do nosso povo. Mais uma vez, Srs. Deputados, reitero o convite para esta Casa estar presente na pessoa do seu Presidente e da Mesa Diretora. Avisem-nos os que desejarem ir, providenciaremos acomodações necessárias e teremos o máximo prazer em tê-los conosco em Guarapuava neste dia. Muito obrigado pela atenção e mais uma vez o meu apelo é o meu convite para que os Srs. Deputados se dirijam à nossa terra, à nossa Guarapuava neste dia festivo, para conosco participarem daquela alegria. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Ivo Tomazoni.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antes de abordar o assunto que me traz à Tribuna, gostaria de, tão somente, fazer uma comunicação ao Plenário e bem a propósito, desde que o encarregado da Mesa de sonorização desta Assembléia, ao chamar uma funcionária, não isolou o alto-falante deste Plenário, o que é perdoável, desde que a nova Mesa de som ainda está em teste e em experiência num esforço da Mesa Executiva no sentido de dotar a Casa de condições técnicas melhores para as futuras audições solenes que aqui haverão de se realizar com linhas diretas para emissoras de rádio e televisão, linhas gravadoras, evitando o congestionamento dos Srs. radialistas e jornalistas em torno da Mesa, quando no necessário desempenho de suas missões. Os Srs. Deputados hão de compreender, até que estejam os nossos funcionários familiarizados com a complexidade do nosso instrumental adquirido e já pôsto em serviço neste Poder no dia de ontem.

Srs. Deputados, há na vida de cada homem público momentos de grande satisfação, se não são em maior quantidade do que são os momentos de decepção. Devo afirmar que o acontecimento vivido pela população de Pato Branco no último sábado, constituiu-se para mim numa demonstração da minaturidade política e da conscientização de um povo que deseja e quer o desenvolvimento do seu Estado, através de campanhas que merecem de nossa parte os maiores elogios. Todos nós sabemos do grande esforço desenvolvido pelo Governador do Estado, através da Secretaria da Fazenda, no sentido de diminuir o número de sonegadores dentre os contribuintes da Fazenda Estadual.

É normal que os Governos procurem, através de campanhas publicitárias, até conscientizar o povo no sentido de que se capacitem de que o imposto pago reverte em benefício da coletividade, na construção de obras, de serviços que elevam o padrão de vida da nossa população. Pato Branco realizou o que nós poderíamos afirmar constituir iniciativa inédita neste campo. A 14a. Delegacia de Rendas da Fazenda, em colaboração com a 49a. Inspetoria Regional de Ensino, durante 15 dias, de 15 a 30 de setembro, realizou a campanha "Operação Alavanca" nas escolas, e o que assisti no encerramento solene desta campanha é digno de registro nos Anais desta Assembléia. Visitei, antes do encerramento, o local de exposição, onde estavam afixados os cartazes elaborados pelos alunos dos diferentes níveis de ensino, primário, médio e técnico; o trabalho ali desenvolvido pelos alunos, sem colaboração dos professores e dos diretores dos estabelecimentos de ensino, é digno de nota, porquanto movimentaram a opinião pública, levaram os alunos a participar deste trabalho; os srs. pais e no final, os comerciantes, os industriais, a população toda participou da campanha. Antes por favor, com as minhas desculpas ao nobre Deputado Antônio Belinati que havia solicitado e eu não havia concedido, para terminar o meu raciocínio.

O Sr. Antônio Belinati — Ilustre Deputado, toda campanha que visa combater a sonegação, é digna de todo crédito, porque ninguém, em sã consciência, faz campanha para sonegar e não pagar o seu imposto porque em última hipótese o preço quem paga é o próprio povo.

Mas, quando o Governo lançou a campanha "Alavanca", criou um clima de certa animosidade entre alguns comerciantes da nossa região Norte do Paraná. E alguns, com sua humildade, começaram a imaginar que a propaganda objetivasse dizer que todos os comerciantes eram ratos e sonegadores de impostos, que não estavam contribuindo para os cofres públicos do Paraná. E, dentro do nosso alcance, inclusive pelo programa de Rádio "A voz do Povo", de Londrina, um dos Vereadores, Nelson Ferreira, que por sinal está assistindo a nossa Sessão hoje, procurava elvar um clima de otimismo e confiança para nossos comerciantes, para que não ficassem desaperados, julgando quem sabe se esta campanha do Governo visasse chamar

aos comerciantes de desonestos, de sonegadores de impostos, prejudicando o desenvolvimento de nosso Estado.

Aproveitamos para indagar a V. Exa. que é um dos Deputados mais ligados ao Governo, principalmente na sua função de Primeiro Secretário da Casa, que certamente deve visitar a Secretaria da Fazenda 3 ou 4 vezes por semana, para o bom andamento desta Casa. Gostaríamos de saber qual o índice de sonegação no Estado. Quanto o Paraná está arrecadando por mês e se esta campanha trouxe aumento na arrecadação de nosso Estado. Agradeço desde já essas informações, porque serão de grande valia para nossa orientação.

O SR. IVO TOMAZONI — Vou procurar responder o aparte em duas etapas; em duas respostas.

Primeiro, muito obrigado a V. Exa. por considerar campanhas desta natureza muito boas, no sentido de conscientizar o povo no cumprimento de suas obrigações, se eu entendi bem.

Em segundo lugar, nobre Deputado, V. Exa. deve naturalmente concordar comigo que a campanha ainda está no início do seu desenvolvimento. Ela visa primeiro orientar sobre a aplicação social do imposto, do ICM; a significação do custo, lucro, imposto, porque o consumidor sempre que adquire uma mercadoria, para indiretamente o ICM, que é retirado pelo comerciante, a quem cabe o grave dever, sob as penas da lei, de recolhê-lo ao Tesouro. A dinâmica físico-arrecadadora também tão pouco difundida é coisa necessária do conhecimento da população. A sonegação em suas aplicações negativas, motivação que foi talvez o ponto alto da campanha realizada em Pto Branco, do professor no contexto filosófico-social, é quase que uma aula de moral e cívica, talvez a mais importante de todas aquelas que qualquer professor tenha pretendido ministrar.

Foi o que se fez durante um período de quinze dias. Foram apresentadas técnicas de ensino, fixação, verificação de aprendizagem, além do concurso "Operação Alavanca" naquela cidade.

V. Exa., Deputado Antônio Belinati, não aguardou que eu historiasse o que foi aquela campanha. Diria a V. Exa. o que de mais objetivo apresentou a campanha que visava o esclarecimento de que o comerciante, o industrial, o profissional liberal, longe de ser considerado pelo Governo um sonegador, na campanha foi amplamente divulgado que o Governo, para administrar, deve socorrer-se junto aos comerciantes, aos industriais, aos profissionais liberais, e mesmo aos trabalhadores, que são, e suma, aqueles que, gerando a riqueza, geram também a parcela de arrecadação de tributos. E nada melhor do que a participação dos filhos dos comerciantes, dos industriais, dos agricultores, dos fazendeiros, dos profissionais liberais na campanha, para demonstrar que o Governo, agora, está conscientizando a opinião pública, e que campanhas desta natureza não serão mais, no Paraná, feitas com o terrorismo policial.

E V. Exa. há de concordar comigo que pela primeira vez, no Paraná, procura-se conscientizar uma população, pois da arrecadação depende o sucesso ou insucesso de um Governo. E o nosso Estado que tem uma folha de pagamento de funcionalismo público na ordem de 60 milhões mensais, não pode estar sujeito a uma arrecadação oscilante entre 58 e 62 milhões de cruzeiros mensais. Porque, como se pretender que o Governo faça alguma coisa à conta de dotação orçamentária e investimento de capital, como construção de estradas, de salas de aulas, ampliação dos serviços básicos de Saúde Pública, de distribuição de água, de rede de esgoto, canalização de rios com águas poluídas? São setores da Administração Pública que, indiscutivelmente, carecem de recursos. E ainda temos os empréstimos externos e internos que estão a onerar o Estado do Paraná com cinco milhões de cruzeiros por mês e que crescem numa curva ascendente. Porque a COPEL, com a ampliação da rede de eletrificação do Estado do Paraná, teve de recorrer a entidades creditícias internacionais. Para implantar-se o sistema de eletri-

ficação no Oeste, Sudoeste e Noroeste do Paraná, foi necessário fazer-se um empréstimo de 50 milhões de cruzeiros. E as primeiras parcelas, já com carência, vencidas.

E todos os Srs. Deputados têm em mãos o Orçamento Plurianual contendo as importâncias para amortização dos empréstimos. O Orçamento de 72 contém enormes somas para amortização desses empréstimos internacionais.

E se não começássemos, já no início deste Governo, a conscientizar a população responsável, para que participe da grandeza do Estado, no pagamento dos tributos, estaríamos cometendo um pecado mortal. Porque, seríamos responsabilizados amanhã, quando nossos comerciantes, nossos industriais viessem a ser visitados, não por policiais, mas pelas forças policiais, como fizeram governos passados que, desesperados pela falta de dinheiro no Tesouro, tiveram que se socorrer desse Expediente, que para mim até certo ponto é condenável.

Sei que o assunto que trago à Tribuna é até antipático, principalmente para os Srs. Deputados do MDB, que não têm a responsabilidade que nós temos, de zelar para que o Tesouro do Estado tenha recursos para a execução das obras administrativas, porque, Sr. Deputado Antônio Belinati, V.Exas. estão mais à vontade, quando falam em defesa dos interesses dos comerciantes e industriais.

Quando pretendo falar em defesa dos comerciantes e industriais — e falo sempre — eu me bato no sentido de que o Estado mantenha, continue mantendo, como mantém, os seus estabelecimentos creditícios mais democratizados na concessão de recursos, cada vez maiores, para a instalação e ampliação de indústrias, para a compra de material destinado à indústria e comércio, e não podemos, em hipótese alguma, longe de nós permitir-mo-nos ao luxo de pretendermos, quando alguém esquece da grave obrigação constitucional, moral, de recolher o tributo que é devido ao Estado, e não é em louvação, no Paraná, no Brasil, no mundo, desde que governos se instalaram, eles passaram a subsistir, a realizar, dentro da sua capacidade arrecadadora.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre-Deputado Ivo Tomazoni, eu confesso, não sou muito fanático dessa tese de que alguém paga imposto por educação. Entendo que o melhor exemplo que o Governo poderia ofertar, no sentido de sugerir ao contribuinte o pagamento de suas obrigações, seria a destinação sadia daquilo que ele recolhe do povo. Todavia, na história administrativa não só deste País, como de outros muitos, tem sido um desestímulo ao contribuinte para que ele cumpra suas obrigações. Mais especificamente, no caso de Pato Branco, essa campanha que V. Exa. relata de sua Tribuna, gostaria de dizer a V. Excia., que chamou de inédita essa campanha que ela de fato se reveste de um aspecto de raro ineditismo. Sabe V. Exa., que os alunos do Colégio de Pato Branco receberam notas em português, em função do número de notas fiscais conseguidas para apresentar no colégio? Notas de Português!

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. por favor, nobre Deputado, não tem autoridade para afirmar que um professor tenha sido dado notas em uma matéria, em português, levando em conta o número de notas fiscais arrecadadas. Receberam notas em uma aula de educação moral e cívica. Desafio V. Exa. para que, na próxima reunião ou quando desejar, apresente, por favor, alguma coisa que comprove sua afirmação, porque ela é muito grave.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Vou trazer a V. Exa. os dados que V. Exa. me cobra. Porque é público e notório em Pato Branco, às vezes a tentação — é a crítica que faço — a tentação de ser agradável ao Governo, da parte de muitos funcionários, os conduz a excessos, e isso se verificou nessa campanha em Pato Branco. O comércio passava o dia inteiro respondendo a crianças que se dirigiam às diversas casas comerciais da cidade, pedindo notas fiscais, implorando notas a fim de que pudessem obter notas na escola.

Este aspecto da campanha me havia sido solicitado que trouxesse ao conhecimento dos Srs. Deputados.

O SR. IVO TOMAZONI — Não quero duvidar das afirmações de V. Exa. todavia os participantes foram doze estabelecimentos de ensino primário sediados na cidade de Pato Branco, pertencentes ao ensino comercial, normal e científico daquela cidade.

Se na comissão de comerciantes me fôsse solicitada a extração de Nota Fiscal sem que uma porção de mercadorias tenha sido adquirida de meu estoque, jamais eu o V. Exa. ou qualquer comerciante iria extrair uma Nota Fiscal pelo simples fato de ser agradável a uma criança.

Portanto, a afirmação de V. Exa., além de perigosa, não merece validade. Perdoe-me se falto a V. Exa. com aquela tranquilidade que sempre me caracterizou na Tribuna. A sua afirmação carece de fundamento.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — É o pensamento de V. Exa.. Devo dizer que houve a distorção da campanha, ainda que vá discordar de V. Exa., coisa que não pretendia, coisa que, sinceramente, é um desprazer para mim, discordar de V. Exa..

Entretanto, esta foi uma das distorções da campanha, um dos colégios fixou em 200 cruzeiros o valor da Nota Fiscal que cada aluno deveria levar ao estabelecimento. O que se procurou com isto? Famílias desses alunos foram obrigadas a fazer compras no valor de 200 cruzeiros para que os mesmos levassem ao seu colégio. Isto foi assistido pela cidade toda. Por isto não me merece validade quando V. Exa. pretende dizer que a campanha é perfeita. Não nego que haja mérito na campanha, mas também V. Exa. não pode negar, ao seu bel prazer, que não tenha havido distorções na campanha. V. Exa. nega a validade de minhas afirmações. O bom senso também manda que negue, como V. Exa., a validade de suas afirmações. V. Exa. afirma que é sempre tranqüilo na Tribuna, porém eu não sou.

O SR. IVO TOMAZONI — V. Exa. concluiu seu aparte. Sabe V. Exa., nobre Deputado Sebastião Rodrigues, do valor da tentativa de um Governo em conscientizar o seu povo a assumir determinado compromisso? O valor da campanha é este, como disse, no início da minha alocação; é o fato de haver conseguido, na minha cidade, despertar o interesse do aluno, que amanhã será o contribuinte, o interesse do diretor do estabelecimento de ensino, o interesse do comerciante e do industrial.

Deputado Sebastião Rodrigues, se verificar, poderá ver que na cidade de Pato Branco a "Campanha Alavanca" deu resultado porque o número de autuações foi menor que as autuações procedidas em outros Municípios onde não se realizou campanha igual a essa ou dessa natureza.

Quando vim a esta Tribuna foi com o objetivo de alertar o Governo no sentido de promover campanhas dessa natureza nos mais diferentes pontos de nosso Estado para que o comerciante se conscientize de que a campanha foi feita em termos altos. Não houve o que V. Exa. pretendeu significar, a coação moral do professor ou do Diretor do Estabelecimento de Ensino, em exigindo a importância de 200 mil cruzeiros em notas fiscais, para cada estabelecimento de ensino. Porque, veja V. Exa.: foram 15 estabelecimentos de ensino participando da campanha, diuturnamente; entretanto, em notas fiscais foi apresentado um total de 347 mil, 752 cruzeiros e 50 centavos. Foi a motivação, de que o aluno dissesse à sua mãe: — a senhora vai comprar o arroz, o açúcar na venda, então a senhora peça a nota fiscal ao comerciante; a senhora vai adquirir do comerciante um metro de fazenda, uma confecção? Por isso a nota fiscal.

É até possível que um comerciante, irritado por ter a campanha motivado a população, tenha pretendido incutir em V. Exa. o descontentamento, V. Exa., como bom defensor do eleitor que o tenha eventualmente procurado com esta queixa, vem para pretender — como pretendeu — afirmar que a campanha não teve sentido patriótico. Acho que a nossa missão de homem público, é também conscientizar a população jovem, para que ela já venha se atribuindo desde os verdes anos, da sua grave responsabilidade de...

O Sr. Leopoldo Jacomet — V.Exa. permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Ivo Tomazoni, estou acompanhando com vivo interesse o discurso eloquente que V.Exa. tão bem diz dessa Tribuna, e como comerciante dos velhos tempos posso me solidarizar com V.Exa., quando levanta pela primeira vez na história política do Paraná, como homem de Governo que tem o dever sagrado de defender os interesses do Governo, uma questão de ordem tão antipática quanto esta que V.Exa. traz à Tribuna.

Quero dizer a V.Exa. que estou solidário com V.Exa., e que de há muito eu venho lutando junto com a classe do comércio, para que se liquide com uma vez por todas com o problema das meias-notas. Como representante do comércio há cerca de 40 anos, estou cansado de ser solicitado para que as minhas fábricas forneçam aos comerciantes, meias-notas. Todo mundo aqui nesta Casa sabe o significado disso; portanto, aí a minha discordância das palavras do nobre Deputado Sebastião Rodrigues, quando aventa o problema da elevação de notas, no valor de 200 mil cruzeiros, que é exigido.

Considero uma denúncia gravíssima, e como tal solicitaria ao nobre Deputado Sebastião Rodrigues que requeresse à Casa uma Comissão de Inquérito para responsabilizar o professor, se é que o fez, e pague quem deve, responda quem deve responder, e responderá também o Deputado pela denúncia formulada.

Considero muito certa a atitude do professor, quando ele pede aos seus alunos que peçam aos seus pais que, quando fizerem suas compras, exijam a nota fiscal. É uma forma de estimular a criança, que amanhã vai pagar impostos, a exigir de quem lhe venda o produto, que lhe forneça a nota fiscal. É a única forma de educar, pelo sistema de solicitação, mas que será educado através da solicitação do seu próprio filho que é instruído desde a infância.

Solicitaria ainda ao nobre Deputado Sebastião Rodrigues que formulasse a queixa, para que se possa colocar um paradeirô nas inverdades em torno de certas propagandas que se faz através do siste made arrecadação do Estado.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Deputado, V.Exa. tem sido sempre um grande companheiro, e eu não estaria sendo leal comigo mesmo, se não usasse desta oportunidade para dizer que reconheço em V.Exa., qualidades inatas de um homem digno. V. Exa. é um homem sofrido na vida pública e como tal, conhecedor profundo das artimanhas que se desenvolvem no jeitinho que nós brasileiros aprendemos a encontrar, quando pretendemos tantas vezes ludibriar determinada legislação. E há quem tenha dito que isto é próprio do brasileiro, no futebol, no carnaval e nas outras obrigações, ou que se tenha tornado obrigação do brasileiro. O que eu me propus fazer desta Tribuna, eu o sabia antecipadamente, além de antipático, haveria talvez de marcar-me como homem que defende o Governo sem talvez resguardar o interesse do contribuinte, o que não é verdade absolutamente.

O que é Governo? Governo no meu entender é povo, é responsabilidade que ele tem, e temos todos nós. E temos nós atuando nas mais diferentes áreas de opinião pública, as mesmas e graves obrigações. Concede o aparte ao Sr. Deputado Nivaldo Krüger.

O Sr. Nivaldo Krüger — Agradeço, ilustre Deputado Ivo Tomazoni, pela oportunidade que me dá em apartear-lo. Vou fazer um pequeno esforço, ilustre Deputado, no sentido de fazer uma colocação clara, excluindo a pré-determinação que teve V.Exa. em colocar a nossa Bancada "fora da responsabilidade", como se expressou V. Exa. ao dizer "que não tem a nossa Bancada a mesma responsabilidade que nós temos".

O SR. IVO TOMAZONI — Considerando o aparte que me foi formulado pelo membro da sua Bancada.

O sr. Nivaldo Krüger — Nobre Deputado, eu quero fazer, assim, um reparo, se V.Exa. me permitir, para que V.Exa. nos inclua na mesma ordem de responsabilidade nos negócios do Estado do Paraná. Na mesma ordem em que se encontra V.Exa. e os demais Srs. Deputados nesta Casa. Por-

quanto, nosso Partido é integrante da vida política do Estado do Paraná, e creio até que nós temos uma responsabilidade aumentada, porque somos muito poucos e, quando muito se divide por poucos, a parcela de responsabilidade fica a aumentar. Dividida a parcela de responsabilidade entre os 47, os nossos nove ficam bem mais sobrecarregados que os 37 da ARENA. Nesta ordem de raciocínio, o peso maior recai sobre a Bancada do MDB evidentemente, que tem a responsabilidade de fiscalizar os atos do Governo. É evidente, até cumprimento V. Exa. por abordar este assunto daí a Tribuna, embora discorde de algo que V. Exa. emite e adota: O economista Mário Simonsen, por exemplo, ao analisar o problema fiscal no Brasil, o problema administrativo, ele analisa com uma compreensão larga, universal, o fato da sonegação. A sonegação é uma defesa, muitas vezes, ante o impacto fiscal violento que o Estado não sabe diminuir, amaciar ou mesmo amortecer, entendendo as agruras, as dificuldades dos empresários que mantêm a vida financeira do Estado. Por exemplo, o empresário seja ele qual for, financia — eu termino já o meu aparte, nobre Deputado, apenas eu quero me situar numa linha de equilíbrio neste fato. Para que V. Exa. e a Casa entendesse a posição em que a Bancada do MDB se coloca diante do problema, é necessário que o Estado arrecade, evidentemente, mas é necessário também que o Estado tenha o entendimento necessário para não asfixiar as atividades produtoras, e o que se verifica, dado o processo de arrecadação hoje usado no Paraná, processo que nós temos criticado muitas vezes, é o processo de asfixia, pois enquanto o Estado de São Paulo dá 75 dias para o recolhimento do ICM, o Estado do Paraná dá apenas 15 dias. Veja V. Exa. que aí já nós perdemos. O empresário que deve cumprir a lei, evidentemente, todos devem cumprir a lei, mas fica às vezes, diante de um aspecto terrível. Não tem condições de financiar porque ele não tem condições de financiar, não tem outra condição senão financiar antecipadamente, então, é o esvaziamento financeiro terrível, ele tem que ir buscar dinheiro caro nas instituições financeiras que o próprio Estado lhe nega, através do seu Banco Oficial para arcar com as despesas fiscais. Então, V. Exa., que advoga a causa da necessidade, e eu também, do pagamento do tributo, eu apelaria a V. Exa. para que nós nos aliássemos, advogando uma nova tese.

Concordo com V. Exa., que todos devem pagar integralmente o tributo mas que nós achemos uma forma ideal de recolhimento deste tributo, um prazo dando um interstício pelo menos para a venda do produto. Já seria, para o Estado, uma saída muito mais inteligente do que colocar menores num processo desta ordem. Queria lembrar a V. Exa. um exemplo terrivelmente imoral, terrivelmente negativo, dado pelo Estado em épocas que V. Exa., me desculpe, era Governo também participando e se colocou na mesma posição.

O SR. IVO TOMAZONI — Só para corrigir V. Exa..

O Sr. Nivaldo Krüger — Só vou dizer qual é o exemplo. O exemplo das imorais anistias fiscais. Então, quero me colocar na posição do contribuinte que vê o Estado com entidade imoral porque em vésperas de determinado acontecimento político aprovava-se nesta Assembléia a proposta do Governo, um momentinho, depois V. Exa. fará a correção que entender necessária, aprovava-se as anistias fiscais isentando o contribuinte que ficava sem recolher o seu tributo, e o que contribuía religiosamente, corretamente, não teve a devolução do seu dinheiro. Então, hoje, o contribuinte sonega, comete um crime evidentemente, não é aprovado o que ele faz, mas é que ele faz em defesa da sua economia, dado o exemplo negativo que o Estado do Paraná perpetra, como aconteceu em 68. Nós sabemos que empresas que devem, digo, nós sabemos de uma empresa que devia bilhões ao Estado do Paraná e em virtude da anistia concedida pelo Governo, não recolheu sequer um tostão ao Governo de que V. Exa. participava, beneficiando-se da anistia fiscal. Com a seriedade que o caracteriza, V. Exa. não está na Tribuna para tratar com levandade, V. Exa. está tratando com seriedade. Veja V. Exa. as páginas do jornal do Paraná, levando, a título de divulgação, a campanha do ICM, mas por trás disto o que ocorre é a promoção pessoal do Político da

figura do político, do Governante que pagando aos jornais a campanha de divulgação, leva consigo o beneplácito da sua campanha e dos atos do seu Governo. Tudo isto me parece passível de uma análise mais profunda e eu me proponho a analisar com V.Exa. com mais profundidade numa outra oportunidade. Muito agradecido pela magnífica oportunidade que V.Exa. me concedeu.

O SR. IVO TOMAZONI — V.Exa. vai me perdoar. Quero me permitir alguns minutos para discordar de alguns tópicos do aparte do nobre Líder do MDB.

Primeiro, V.Exa. se refere que nós paranaenses temos 15 dias de prazo para o recolhimento do ICM, quando São Paulo concede 75 dias.

Na legislatura passada, desta Tribuna, mais do que ninguém, os membros da Bancada da Oposição defendiam uma tese, hoje invalidada totalmente, quando posta em prática, do deferimento do pagamento do ICM na primeira operação, na comercialização dos produtos agrícolas.

O Sr. Nivaldo Krüger — Invalidada?

O SR. IVO TOMAZONI — Invalidade, porque se nós consultarmos a totalidade dos Srs. Prefeitos municipais, haveremos de verificar, primeiro: — que a alíquota de distribuição da parcela cabível aos Municípios, é mentirosa. Além de mentirosa, prejudica as unidades administrativas interioranas e produtoras, de forma a não lhe permitir recursos sequer para a manutenção dos dois serviços principais da comunidade: ensino primário e serviços rodoviários municipais.

São Paulo, altamente industrializado e tem somente na indústria automobilística, o suporte de caixa para atender uma administração, tem nos 75 dias de prazo na conta rotativa de recolhimento, nenhum prejuízo porque se o teve foi nos 75 dias iniciais. O Paraná que vive às custas quase que da sua rubiácea e em segundo lugar do algodão e depois do feijão, milho, etc.; sendo o café ainda o produto básico da nossa economia, quero crer que se nós nos permitirmos a este luxo, o Paraná, então sim, nobre Deputado, não terá condições, eu quero crer, de sobrevivência, ao menos nesse prazo dos 75 dias quando haverá uma paralização na arrecadação. Mas, iria mais longe quando se fala na anistia fiscal. Ninguém mais do que os membros da oposição desta Tribuna, defendiam a anistia fiscal, para o comerciante e indústria. Temos nós do Governo, a contestar a anistia porque isto não beneficiava ao Governo, como não beneficiava ninguém. Porque defendíamos aqui que o comerciante, industrial e todos os contribuintes cumpram suas obrigações, pagando seus impostos. Agora, por que caberia responsabilidade aos membros só do Governo?

Quero corrigir V.Exa.. No Governo passado, fui Governo e fui oposição. Se V.Exa. verificar e fizer na biblioteca desta Casa a leitura dos pronunciamentos feitos pelos Deputados, V.Exa. haverá de verificar quantos pronunciamentos meus, feitos de crítica ao Governo de então e nem por isto, nesta Casa, eu deixei sequer uma vez de votar as leis oriundas de Mensagens válidas que atendessem interesses do povo.

V.Exa. também nos coloca mal, nobre Deputado. Se eu pretendi ou se eu coloquei mal, sem pretender, a Bancada de V.Exa. quando disse que a responsabilidade da Bancada da Arena era maior do que a do MDB é porque a nós cabe zelar para que o Governo tenha condições financeiras para executar uma obra de Governo. Porque se não a executar, será V.Exa. e a Bancada de V.Exa. a criticar acerbamente desta Tribuna e qualificando-o até de incapaz na administração pública. Eu queria, antes de finalizar, dizer que considere e considero válida a campanha realizada na minha cidade. Não só por que ela conscientizou o educando do presente da sua participação positiva no futuro, como cidadão atuante no meio social. Pretendia dizer que esta campanha também motivou o comércio, a indústria, os setores da produção que, conscientizados da sua responsabilidade, passaram a pagar em dia.

E reafirmo: o número de autuações em Pato Branco, muito embora Pato

Branco seja o maior centro demográfico daquela região, está bem aquém das infrações lavradas em relação aos outros centros urbanos daquela região.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência lembra ao nobre Deputado que só lhe resta um minuto para concluir sua oração.

O SR. IVO TOMAZONI — Obrigado.

Quero afirmar que, durante a campanha, também houve a conscientização da população, tanto que os comerciantes que estavam com o recolhimento de impostos em atraso tiveram tempo suficiente para recolher.

Talvez, em função disso, o número inferior de infrações ali.

E o que eu assisti, em Pato Branco, me comoveu a alma recitando, da sua autoria, ou da autoria de sua professora, poesias maravilhosas, conscientizando a população. Professôras e alunos recebendo, como homenagem, prêmios distribuídos pela própria população; alguns depósitos bancário sem conta de alunos; certificados de menção honrosa, não só para alguns participantes, mas para todos aqueles que ajudaram o Governo nesta iniciativa tão louvável de conscientização, volto a repetir, de conscientização sem terrorismo policial.

É isto o que marcou a minha estada em Pato Branco, no último fim de semana.

A visita que fiz à sede da 14.ª Delegacia de Renda, os cartazes, os desenhos, as redações, as folhas mimeografadas e coloridas, o planejamento didático, fotografias de painéis de escolas e de salas de aulas, quando a professora estava ministrando uma verdadeira aula de Moral e Cívica, despertando no aluno aquela motivação de brasilidade.

É a isto que eu quis me referir. Feliz do povo que tem um Governo que desperta para a conscientização de sua juventude!

Feliz do Governo que vai legar a seu sucessor uma população educada, uma população que tenha a responsabilidade maior no cumprimento do seu dever!

É neste ponto que me fixei mais, do valor deste Governo, dos homens que fazem o Governo, que procuram despertar na população esta expressão de patriotismo, de civismo. E ele haverá de conseguir, porque foi bem aceita a campanha de ser adotada em todo o Estado do Paraná. Porque sei, é esta a única maneira de atingirmos os corações brasileiros que vivem aqui. Não é com terror policial, nem com a autuação desmedida, nem com a coação moral ou física. Mas, assim, falando aos corações de nossa gente, com a mensagem que só as crianças sabem traduzir, com a linguagem do amor, da fraternidade, da colaboração.

É isto o que senti em Pato Branco. E Deus queira que os outros Municípios receba nesta campanha com a mesma disposição, com o mesmo patriotismo, com o mesmo amor. Porque o que queremos, homens da ARENA e do MDB, é coisa só, o bem comum, o desenvolvimento de nosso Estado; o saneamento de nossas finanças, as grandes obras nos diversos setores; porque só com elas, nós haveremos de, erguendo a cabeça, dizer que o Paraná está presente no desenvolvimento da grande terra brasileira.

Muito obrigado. (Sem revisão do Orador)

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a honra de anunciar a presença em Plenário do Sr. Coronel Haroldo Carvalhido, digno Secretário de Educação e Cultura.

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Resolução de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli. A Mesa deixa de receber o mencionado Projeto, por versar sobre matéria da competência exclusiva da Mesa, através do Orçamento analítico que será fixado por Decreto Legislativo. É o plano de aplicação interna das do-

tações, que só a Mesa, com seu encargo na administração, cabe decidir onde e como aplicar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 42-71, de autoria do Dep. Acyr José, que autoriza o Poder Executivo a denominar "Maestro Bento Mossurunga", o Instituto de Música da Escola Superior de Belas Artes do Paraná. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 52-71, de autoria do Dep. Rosário Pitelli, fica declarada de Utilidade Pública, a Sociedade Beneficente "Casa de Misericórdia", da cidade de Cornélio Procopio. — Parecer favorável da C.C.J. — Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239-70, de autoria do Dep. Pinto Dias, fica criada uma Escola Comercial Estadual, no Município de Terra Rica. — Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.P. e C.F. — com SUBSTITUTIVO — Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 47-69, de autoria do Dep. Wilson Figueiredo Fortes, fica criada a Escola Profissional Agrícola na cidade de Paranavai, para funcionar a partir do próximo ano letivo. — Pareceres contrário da C.C.J. e favoráveis da C.I.P. e C.A. — com SUBSTITUTIVO — Rejeitado.

PROJETO DE LEI N.º 47/69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada a Escola Profissional Agrícola na cidade de Paranavai, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará os atos necessários para a instalação e funcionamento do estabelecimento, objeto do Art. 1.º, da presente Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1968.

(a) Dep. Wilson Figueiredo Fortes.

JUSTIFICATIVA:

É sobejamente conhecido o fenômeno social que assola o Noroeste do Estado. A lavoura foi substituída pela pecuária. Em decorrência deste fato sobreveio o desemprego da mão de obra desqualificada, existindo grande necessidade de elementos profissionalmente preparados para enfrentar a nova realidade daquela parcela do Estado. Por outra parte, ressurte-se a região de um acréscimo de jovens abandonados que demandam os centros urbanos na esperança de melhores dias. É com intuito de levar ao Noroeste uma escola profissional-agrícola, atender a demanda de mão de obra especializada, bem como atender racionalmente os jovens e às jovens abandonadas é que propomos à consideração desta Casa e dos nobres Pares o presente Projeto de Lei.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 47/69

Autor: Dep. Wilson Figueiredo Fortes.

Súmula: Cria a Escola Profissional Agrícola na cidade de Paranavai.

P A R E C E R

O Deputado Wilson Fortes, representante da região noroeste do Estado, apresentou este Projeto de Lei, visando a criação de uma Escola Profissional Agrícola, na cidade de Paranavaí, a fim de que se pudesse, por esse meio, atender as necessidades da região quanto a formação metódica de jovens ligados ao trabalho agrícola. Sem dúvida, a providência reclamada para essa instituição merece apóio pela sua indiscutível utilidade.

Entretanto, como esta Comissão tem como atribuição exclusiva o exame da proposição sob o aspecto constitucional e legal, deve a ele se prender.

Com efeito:

A Constituição Estadual em seu artigo 36 estabelece que a competência de iniciativa sobre leis que criem ou aumentem a despesa pública é do Poder Executivo.

Como se propõe a criação de uma escola profissional, ou melhor, como pelo projeto se cria uma escola, é inevitável que, o Poder Público só possa cumprir a lei aumentando a despesa, surpreendendo com isto a execução orçamentária.

Mesmo que este fato não viesse a ocorrer, fica claro o vício constitucional de iniciativa.

Sendo assim, consideramos o projeto inconstitucional.

Sala das Comissões, em ... de de 1969.

(aa) **Emílio Carazzai** — Presidente
Ivo Thomazoni — Relator
Aguinaldo Pereira Lima
Ernesto Moro
Paulo Poli
Olivir Gabardo
Inegível

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PROJETO DE LEI N.º 47/69

Autor: Dep. Wilson Figueiredo Fortes.

Súmula: "Cria a Escola Profissional Agrícola na cidade de Paranavaí, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo".

P A R E C E R

1). Pretende o nobre Dep. Wilson Figueiredo Fortes, com o presente plano de lei, criar, na cidade de Paranavaí, a Escola Profissional Agrícola, a fim de atender parte das necessidades da região, quanto a formação profissional dos jovens ligados às lides agrícolas.

2). Quando da tramitação do projeto, na Comissão de Constituição e Justiça, mereceu desta parecer contrário, por considerá-lo inconstitucional.

3). Em que pese tal circunstância, inegável é a sua utilidade. A bem posta justificativa ao projeto em exame, assim o qualifica.

4). Em tais condições, em que pese aquele parecer contrário, somos pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo anexo.

É o parecer, S.M.J.

Sala das Comissões, em agosto de 1969.

(aa) **David Federmann** — Presidente
Olivir Gabardo — Relator
Fuad Nacli
Arthur de Souza.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

**SUBSTITUTIVO GERAL
AO PROJETO DE LEI N.º 47/69**

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Escola Profissional Agrícola, na cidade de Paranavaí, para entrar em funcionamento a partir do próximo ano letivo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões em agosto de 1969:

(aa) **David Federmann** — Presidente

Olivir Gabardo — Relator

**COMISSÃO DE AGRICULTURA
PROJETO DE LEI N.º 47/69**

Autor: Dep. Wilson Fortes.

P A R E C E R

1 — A criação de um estabelecimento de ensino agrícola nos moldes preconizados pelo autor do projeto de lei, está perfeitamente justificado.

2 — O vício de inconstitucionalidade arguido pela Comissão de Constituição e Justiça foi saneado com o Substitutivo apresentado pela Comissão de Instrução Pública.

3 — O nosso parecer é pela aprovação do projeto, nos termos do Substitutivo da Comissão de Instrução Pública.

Sala das Comissões, em

(aa) **Antônio Maciel** — Presidente

Hélio Manfrinato — Relator

Marciano Baraniuk

Francisco Escorsin

Lázaro Dumont

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37-71, de autoria do Dep. Igo Iwant Losso, que autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), à Palmiro Ferreira. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 37-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros) ao ancião Palmiro Ferreira Borges.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de abril de 1971

a) — Dep. Igo Iwant Losso

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Palmiro Ferreira Borges possui sete netos que estão sendo mantidos por ele, visto o falecimento da filha, mãe dos menores, que foram abandonados pelo pai, que desapareceu. Residindo no lugar denominado Taquara, Município de Campo Largo, com 62 anos de idade, vê-se o referido ancião em sérias dificuldades para manutenção das mesmas crianças, pois não recebe pensão ou auxílio de qualquer natureza.

Assim, pela justiça e humanidade da proposição, esperamos seja aprovada pela Casa, com a respectiva sanção governamental.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 37/71

AUTOR: Dep. Igo Iwant Losso

SÚMULA: Autoriza a concessão de pensão mensal a Palmiro Ferreira Borges.

PARECER

I — O projeto de lei sob exame, de autoria do nobre dep. Igo Iwant Losso, pretende autorizar o Poder Executivo a conceder uma pensão mensal no valor de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros), ao ancião Palmiro Ferreira Borges.

II — A medida está justificada de molde a nos convencer da sua oportunidade, e em se tratando de mera autorização legislativa, opinamos favoravelmente, na forma do Substitutivo anexo, que melhor enquadra o projeto à técnica legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16 de junho de 1971.

aa) — **Wilson Brandão** — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Emílio Carazzai, **Igo Losso**, **Cândido Manoel Martins de Oliveira**,
Acyr José e **Gilberto Carvalho**.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

SUBSTITUTIVO

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a conceder uma pensão mensal de Cr\$ 100,00 (Cem cruzeiros) ao ancião Palmiro Ferreira Borges.

Art. 2.º — A despesa com a execução desta Lei correrá à conta da dotação própria, consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1971.

aa) — **Wilson Brandão** — Presidente

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator

Emílio Carazzai, **Igo Losso**, **Gilberto Carvalho** e **Acyr José**

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 37/31

AUTOR: Dep. Igo Iwant Losso

SÚMULA: Concede pensão mensal de Cr\$ 100,00 a Palmiro Ferreira Borges

I — A justificativa do autor nos convence da justiça e humanidade da proposição.

II — No tocante à parte financeira, que cabe a esta Comissão opinar, nosso parecer é favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, em de julho de 1971.

aa) — **Leopoldo Jacomet** — Presidente

Paulo Poli — Relator

Ovidio Franzoni — **Santos Lima** — **Fuad Naeli**

COMUNICAÇÃO

A Comissão do Orçamento leva ao conhecimento dos Senhores Deputados que o prazo para o recebimento de EMENDAS — aos Orçamentos Geral e Plurianual do Estado é de 11 a 20 do corrente mês.

O SR. PRESIDENTE — Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Paraná, pelo seu 59.º aniversário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado do Paraná. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado, Secretário dos Negócios dos Transportes e ao Sr. Diretor do Departamento de Estrada de Rodagem, no sentido de serem acatadas as reivindicações formuladas pela Comissão de Vereadores de Bandeirantes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do Expediente, solicitando regime de urgência para vários Projetos de Lei. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo ao "Coritiba Futebol Clube". — **Em Votação.**

(Assume a Presidência o Sr. Deputado Nelson Buffara).

O SR. MAURICIO FRUET — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, srs. Deputados.

Poderia, até certo ponto, parecer estranho que se apresente na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, um voto de regozijo a uma agremiação esportiva.

Mas, por entendermos que o esporte representa muito na cidade de um cidadão;

Por entendermos que a educação esportiva representa um fato importantíssimo não só ao desenvolvimento de uma cidade, mas também de um Estado e mesmo de uma Nação;

Por entendermos que o esporte deve ser prestigiado pelas autoridades;

Por entendermos que o esporte precisa receber sempre e cada vez mais o apoio efetivo dos Poderes constituídos;

Por entendermos que isto tudo representa uma valiosa contribuição para o nosso Estado é que em data de hoje apresentamos este voto de regozijo ao Coritiba Futebol Clube; voto de regozijo porque são pessoas, cidadãos que tem suas obrigações, como cada um de nós, e no entanto dedicam tempo, quase que integral, para que o Coritiba não somente represente nosso Estado no Torneio Nacional de Clubes, como também mostre a pujança de nosso futebol perante os demais Estados tendo em vista os auspiciosos e extraordinários resultados que vem obtendo.

Por esta razão, eminente sr. Presidente, é que apresentamos nesta data este requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações à PLANEPAR LTDA., por ter sido a única firma de Planejamento do Estado a ter vários Projetos aprovados pela Fundação do Serviço Especial de Saúde Pública do Ministério de Saúde. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado solicitando providências junto ao D.E.R. visando a urgente duplicação da pista da BR-369, no trecho Londrina-Ibiporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apêlo ao Sr. Reitor da Universidade de Londrina, no sentido de ser abolida a exigência da apresentação de Carteira de Identidade, pelos candidatos aos exames vestibulares. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando seja designado um membro desta Casa, para representar a Assembleia Legislativa, na inauguração da Agência do Banco do Brasil, no Município de Castro. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Brandão, constante do Expediente, solicitando seja enviado ao Sr. Presidente da República, telegrama de congratulações pela vitoriosa visita ao nosso Estado do Presidente Nacional da Aliança Renovadora. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando um membro deste Poder para representar esta Assembléia nas solenidades de inauguração da Agência do Banco do Brasil no Município de Bandeirantes e Uraí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja enviado apelo ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de ser construído em Paranaguá, um prédio destinado ao funcionamento de um Ginásio. — **Em Discussão.**

O SR. WILSON BRANDÃO — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica adiada a discussão do requerimento, para o final da Ordem do Dia de amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 13, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 239/70;
- 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 37/71;
- 1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs.: 269/70, 16/71, 77/71.

Levanta-se a sessão.